

A China na Encruzilhada da Geopolítica Energética: questões estratégicas

Paulo Duarte / Portugal¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar os contornos da (in)segurança energética chinesa, realçando em especial, o caso do petróleo. O argumento central é o de que a China enfrenta uma considerável escassez energética, a qual procura combater por meio, por exemplo, das massivas aquisições de petróleo que tem vindo a realizar no estrangeiro. Em alternativa à observação participante e não-participante, privilegiou-se a entrevista semiestruturada. O trabalho de campo baseou-se em entrevistas conduzidas essencialmente em Portugal e na Ásia Central. O método qualitativo – através da análise hermenêutica – é a metodologia na qual se alicerça a presente investigação. Como recomendação estratégica, sugerimos que a China procure aperfeiçoar o seu *soft power*, no sentido de inspirar (maior) confiança aos mercados energéticos mundiais, e de mitigar, entre outros, o elevado protecionismo e reticências da Rússia e EUA em permitir que as NOCs chinesas adquiram participações na exploração do seu setor energético.

Palavras-chave: China; Segurança energética; Petróleo.

China en la Encrucijada Geopolítica Energética: cuestiones estratégicas

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar los contornos de la (in)seguridad energética de China, destacando en particular el caso del petróleo. El argumento central es que China se enfrenta a la escasez significativa de energía, que busca combatir a través de, por ejemplo, las compras masivas de petróleo que ha estado operando en el extranjero. En alternativa a la observación participante y no participante, se recurrió a la entrevista semiestructurada. La investigación de campo se llevó a cabo a través de entrevistas realizadas en su mayoría en Portugal y Asia Central. El método cualitativo - a través del análisis hermenéutico - es la metodología que sustenta esta investigación. Como recomendación estratégica, se sugiere que China intente mejorar su *soft power*, para inspirar (mayor) confianza a los mercados energéticos mundiales, y para reducir, entre otros, el alto proteccionismo y la renuencia de Rusia y los EE.UU. en permitir que las NOCs chinas adquieran participaciones en la explotación de su sector energético.

Palabras clave: China; Seguridad energética; Petróleo.

¹ Doutorando em Relações Internacionais *na Université Catholique de Louvain (Bélgica)*, mestre em Relações Internacionais pela mesma universidade. Investigador no Instituto do Oriente em Lisboa. Contato: duartebrardo@gmail.com

Introdução

Partindo do postulado de que a China enfrenta uma considerável escassez energética, a qual procura combater por meio, entre outros, das massivas aquisições de petróleo que tem vindo a realizar no estrangeiro, procurar-se-á neste artigo analisar os contornos da insegurança energética chinesa, e a forma como Pequim a procurar mitigar ou combater. Concluímos com algumas recomendações quer para futuras pesquisas, quer para os próprios responsáveis políticos/estrategas chineses.

Importante destacar que em 2009, a China tornou-se o segundo maior importador petrolífero mundial, a seguir aos Estados Unidos. E em 2010, o Império do Meio ultrapassou os Estados Unidos como maior consumidor mundial de energia. Como refere Peng Bin-Win (2012, p.53), “a ascensão da China marca uma nova era na história da energia”. Com efeito, “o [seu crescente consumo] transformou os mercados energéticos mundiais e fez subir os preços do petróleo e do carvão nos últimos anos”, com possíveis repercussões de longo prazo no “nível da segurança energética dos Estados Unidos” (PENG BIN-WIN, 2012, p.53).

Na verdade, estima-se que o rápido desenvolvimento da China venha a ter o maior impacto nos mercados energéticos mundiais, à medida que centenas de milhões de chineses ascendem à classe média (WORLD AFFAIRS COUNCIL, 2013). A crescente sensação de vulnerabilidade em face de possíveis perturbações no fornecimento externo tem contribuído para que os dirigentes chineses concebam a segurança energética, cada vez mais, como “uma questão de segurança nacional” (THE NEW YORK TIMES, 2011, p.4). Num contexto em que a China se tem revelado um crescente consumidor de petróleo proveniente do Médio Oriente e de outros pontos do planeta, importa notar que a grande maioria deste terá de percorrer longas distâncias, transitando por pontos de estrangulamento marítimos [vulneráveis], bem como por linhas férreas, gasodutos e oleodutos russos e centro-asiáticos (THE WALL STREET JOURNAL, 2012).

Na metodologia, em alternativa às técnicas de observação participante e não participante, de difícil aplicação ao presente objeto de estudo, recorreu-se à entrevista semiestruturada. A pesquisa de campo foi efetuada, através de entrevistas realizadas não só em Portugal, mas também, e fundamentalmente, na Ásia Central a figuras-chave no âmbito da problemática estudada. Foram efetuadas

duas deslocações à Ásia Central, a primeira de 3 a 11 de setembro de 2011 ao Cazaquistão, a convite da Diretora do Suleimenov Institute, em Almaty, e a segunda deslocação de 28 de setembro a 18 de outubro de 2012 ao Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão (entre as principais cidades visitadas destacamos Almaty, Bishkek, Naryn, Osh, Dushanbe). Optou-se por recorrer a especialistas de organizações não-governamentais presentes no terreno, bem como ao *staff* de várias embaixadas nas repúblicas centro-asiáticas e das repúblicas centro-asiáticas em questão. Alguns entrevistados solicitaram o anonimato.

Convictos de que o comportamento dos Estados, o poder ou a influência não são suscetíveis de se traduzir em realidades tangíveis, fórmulas matemáticas, ou meras estatísticas, assumimos, desde já, que o recurso ao método qualitativo, através da análise hermenêutica, é, indiscutivelmente, a metodologia em que assenta a presente investigação. Neste sentido, é imperativo penetrar na esfera da subjetividade, isto é, da compreensão da causalidade inerente à ação dos diversos atores, que nos chega através da análise de toda uma panóplia de artigos científicos, teses, entre outras fontes disponíveis, face à temática em estudo, de forma a procurar entender o que leva a China a agir desta ou daquela maneira. Ao indagar a compreensão do sentido dos factos e da causalidade que move os vários atores, a análise qualitativa aproxima-se, particularmente, do âmbito da hermenêutica, ou seja, da compreensão.

Dimensões e desafios da insegurança energética chinesa

Mikkal Herberg e David Zweig (2010, p.8) estimam que “dentro de 15 anos, 60-70% das necessidades de petróleo da China terão, muito provavelmente, de transitar pelo Estreito de Malaca”, bem como pelas “rotas marítimas do Oceano Índico e do sudeste asiático”. Por outro lado, não é de excluir uma eventual passagem pelo Ártico. Curiosamente, segundo Christina Lin (2011, p.14), “a China pretende ser um dos primeiros países a explorar os recursos naturais do Ártico e a utilizar esta rota marítima para fins comerciais”, alegando que “o Ártico é uma parte dos bens comuns globais”. A este respeito, o contra-almirante chinês Yin Zhuo havia proferido, em março de 2010, as seguintes palavras: “O Ártico pertence a todos os povos mundiais, visto que nenhuma nação exerce soberania sobre ele... A China deve considerar exercer um papel importante na exploração do Ártico, uma vez que

possui um quinto da população mundial” (Cit. por GORDON CHANG, 2010, p.1). Esta ‘reivindicação’ de direito ‘moral’ aos recursos e ao espaço parece refletir uma certa apetência por *Lebensraum*².

O Império do Meio tem, desde há muito, conseguido satisfazer as suas necessidades energéticas, por meio do recurso às reservas domésticas (HURST, 2007). Como referem Daniel Rosen e Trevor Houser (2007, p.20), “até 1993, a China foi um importante exportador de petróleo para os países do leste asiático”. Contudo, a partir de 1993 as suas reservas domésticas não mais conseguiram satisfazer o ritmo da procura, sendo que, desde então, a China se converteu num claro importador petrolífero. Não obstante, há que reconhecer que a produção de petróleo na China continua a ser significativa. Atualmente, a China é um dos países produtores de petróleo e gás natural mais importantes do mundo. Em 2010, a produção de petróleo da China ultrapassou os 4 milhões de barris por dia (mb/d). Por outro lado, segundo a U.S. Energy Information Administration (2012, p.4), “a China possui 20.4 bilhões de barris de reservas comprovadas de petróleo desde janeiro de 2012, ou seja, mais 4 bilhões de barris do que há três anos, as mais elevadas na região Ásia-Pacífico”. Os maiores, e mais antigos, campos petrolíferos da China localizam-se na região nordeste do país. Segundo İdris Demir (2010, p.522), “o aumento da população e do padrão de vida dos cidadãos”, bem como dos “níveis de industrialização de um país”, originam um “maior consumo energético”. Ora, no caso da China, é inquestionável que tem havido um crescimento extraordinário quer em termos de população, quer no que respeita aos padrões de vida dos seus cidadãos, ao longo das últimas décadas, que se traduz, conseqüentemente, numa maior necessidade de petróleo (ZHU, 2012). Nos próximos anos, a procura energética tenderá a crescer, sobretudo nas zonas sul e leste da China, pobres em recursos energéticos, mas onde a economia é vibrante.

Com o objetivo de satisfazer as necessidades energéticas do Império do Meio, “a diplomacia chinesa tem vindo a trabalhar ativamente, desde meados dos anos 90, com o intuito de melhorar as suas relações com os principais países exportadores de petróleo, para garantir o acesso seguro às fontes energéticas no estrangeiro, [...] investindo em projetos de infraestrutura” (CAUSEVIC, 2012, p.1).

² N.E.: Termo que remete ao conceito ratzeliano de Espaço Vital.

Na tentativa de encontrar parceiros comerciais, o Império do Meio tem vindo a importar largas quantidades de petróleo à Arábia Saudita, cerca de 1.1 milhões de barris por dia em 2012. Segundo a U.S. Energy Information Administration (2012, p.8), “o Médio Oriente permanece o maior abastecedor de petróleo da China, embora os países africanos, em especial Angola, tenham vindo a ocupar um lugar cada vez mais importante no quadro das importações petrolíferas chinesas, nos últimos anos”. Em 2011, “o Médio Oriente forneceu 2.6 milhões de barris por dia (51%)”, sendo que “de entre as outras regiões que exportam para a China se destacam África com 1.2 milhões de barris por dia (24%), a região da Ásia-Pacífico com 173 000 barris por dia (3%), e 1.1 milhões de barris por dia (22%) provêm de outros países” (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2012, p.8). Por sua vez, Estados como o Irão, Omã, Iémen, Sudão, Congo, Rússia e o Cazaquistão são, igualmente, dignos de atenção, entre outros parceiros comerciais da China, no que concerne ao abastecimento de petróleo. John Lee (2012, p.84) informa que “em 2011, as companhias petrolíferas estatais chinesas operavam em mais de 30 países, realizando aquisições de ativos petrolíferos (extração de petróleo a partir de jazidas que [a China] havia adquirido) em, pelo menos, 20 países”. Dados de 2010 revelam que 23% da produção *offshore* de petróleo-*equity* da China foi efetuada no Cazaquistão, 15% no Sudão e Venezuela, 14% em Angola, 5% na Síria, 4% na Rússia, e 3% na Tunísia (JIANG e SINTON, 2011). Por sua vez, a Nigéria, Indonésia, Perú, Equador, Omã, Colômbia, Canadá, Iémen, Camarões, Gabão, Iraque, Azerbaijão e Uzbequistão compõem os restantes 20% (JIANG e SINTON, 2011).

Sabrina Howell (2009, p.191) considera que “à semelhança de muitos outros países importadores de recursos energéticos, a China não possui uma estratégia global de segurança energética”. Segundo Howell (2009, p.191), existe, ao invés, “uma política centralizada” que, por vezes, dá origem a “grupos de interesse competidores, retórica exagerada, e iniciativas ao nível provincial”. Na China existem várias agências governamentais que supervisionam as políticas energéticas, agências essas que não são subordinadas entre si, em termos de poder político, embora possuam áreas de sobreposição de autoridade, o que tem conduzido a uma intensa rivalidade e a uma gestão ineficaz (BEST e LEVINA, 2012). A *National Development and Reform Commission (NDRC)* é “o principal órgão encarregue da

formulação de políticas e a autoridade reguladora do setor energético”, enquanto “outros quatro ministérios supervisionam várias componentes da política petrolífera do país” (BEST e LEVINA, 2012, p.16). O Governo criou a “*National Energy Administration* (NEA)”, em julho de 2008, com o objetivo de operar como “o regulador energético, por excelência” (ASIA TRADE HUB, 2013, p.1). A NEA, juntamente com a NDRC, “é encarregada de aprovar novos projetos energéticos na China, estabelecendo os preços domésticos para a energia, e implementando as políticas energéticas do Governo central, entre outras funções” (ASIA TRADE HUB, 2013, p.1). A NDRC é um departamento do Conselho de Estado da China, o mais alto órgão do poder executivo no país. Em janeiro de 2010, o Governo criou uma “Comissão Nacional de Energia”, com o objetivo de “consolidar a política energética entre as várias agências Conselho de Estado” (U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2012, p.3).

A situação não tem sido objeto de mudanças substanciais desde que Andrews-Speed (2004, p.56) escreveu acerca da “natureza cronicamente fragmentada da política energética chinesa”, resultante do “contínuo poder das companhias energéticas estatais”, combinado com “a falta de uma agência robusta e bem-equipada, encarregada da formulação da política energética”. Como sublinha Sabrina Howell (2009, p.191), “na ausência de um Ministério da Energia poderoso e influente, a política energética chinesa é, na verdade, mais desagregada do que a de muitos outros países”. Note-se que “a China criou o seu primeiro Ministério da Energia em 1988, a partir do que restava das antigas agências de eletricidade, carvão e petróleo, mas dissolveu-o em 1993, visto que o regulador não conseguiu controlar as poderosas empresas estatais que dominam o setor” (REUTEURS, 2012, p.20). Atualmente, existe um sentimento de reconhecida urgência, por parte dos grupos industriais, bem como de outros setores económicos e sociais chineses, na criação de um “Ministério da Energia abrangente, suscetível de assumir o controlo da indústria energética do país, que é gerida, atualmente, por vários departamentos governamentais” (CHINA DAILY, 2012, p.18). O petróleo é considerado um bem estratégico devido à sua importância para o desenvolvimento económico chinês, constituindo o elemento, por excelência, da insegurança energética estrutural do Império do Meio, na atualidade (CHINA ECONOMIC REVIEW, 2013). Pequim demonstra apreensão quanto ao facto de a sua produção doméstica de petróleo e

gás natural ter estagnado, e de as iniciativas para explorar as reservas energéticas não-convencionais, tais como o gás de xisto na zona ocidental do país e as reservas em águas profundas no Mar da China Meridional ainda permanecerem subdesenvolvidas (THE WALL STREET JOURNAL, 2012).

O primeiro fator que contribui para a insegurança petrolífera chinesa é, por conseguinte, a dependência – “atualmente, superior a 50%” – da China face ao petróleo proveniente do estrangeiro, a qual deverá aumentar para “60-70% em 2015” (LEE, 2012, p.76). De acordo com a BP Statistical Review of World Energy (June 2012), ao ritmo de produção e exploração atual, as reservas petrolíferas chinesas durarão apenas cerca de 10 anos. Com base numa análise histórica do consumo de petróleo na China, de 1980 a 2008, Haibo Wang (2010, p.2) refere que “a taxa de crescimento anual do consumo de petróleo no país foi de 2.75% durante o período de 1980-1990, a qual aumentou para 6.93% durante o período de 1990-2000, alcançando, depois, 7.04%, de 2000 a 2008”. Isto significa que a China está demasiado distante da era de autossuficiência petrolífera de que havia beneficiado desde meados da década de 60, dependendo, atualmente, cada vez mais de petróleo importado (ZHIDONG LI *et al*, 2005, p.2). Existem algumas tendências de longo prazo, no Império do Meio, que nos dão a certeza de que este continuará a importar cada vez mais petróleo. Uma delas diz respeito à rápida urbanização, a qual requer um maior consumo de energia (O'NEILL *et al*, 2012). Ao ritmo atual, a urbanização na China tenderá a alcançar um patamar na ordem dos “55% a 60%, entre 2015 e 2020”, sendo que por volta de 2030, Michael J. Silverstein (2013, p.6) estima que “haverá, aproximadamente, mais 270 milhões de moradores urbanos no país”. Ora, estes dados são importantes no que respeita à (in)segurança energética chinesa, uma vez que, como indica o *Outlook for Energy: a View to 2040* (2013, p.4), “um residente urbano consome mais energia do que um habitante rural” e, por outro lado, “os moradores urbanos tendem a ter um acesso mais fácil a combustíveis mais modernos e eficientes”. Na prática, o crescimento desta população citadina pressupõe um maior consumo energético, em particular no setor dos transportes, o qual contribuirá para que a China importe mais petróleo.

Outro fator ligado à insegurança petrolífera chinesa, e que nos indica que o país continuará a depender, cada vez mais, de petróleo estrangeiro, diz respeito ao facto de a China ter “entrado num período de desenvolvimento rápido de

urbanização e industrialização pesada” (LI e PAN, 2011, p.308). O Império do Meio produz vastas quantidades de aço, alumínio e betão, o que requer um consumo substancial de energia. Este é ainda agravado pelo facto de as fábricas chinesas não serem (muito) eficientes do ponto de vista energético. De facto, a China necessita de 20% mais energia para produzir aço do que a média internacional, ou de 45% mais energia para produzir betão, sendo que a indústria de alumínio consome tanta energia como todo o setor comercial – ou seja, os hotéis, restaurantes, bancos e centros comerciais.

Outra tendência relacionada com a insegurança petrolífera chinesa, e que aponta para uma maior dependência face ao petróleo externo diz respeito à emergência de uma classe média na China – estimada em mais de 300 milhões de pessoas e que já ultrapassa toda a população dos Estados Unidos – que começa a optar pelo transporte aéreo, ao mesmo tempo em que se sente fascinada pelos automóveis (THE GUARDIAN, 2012). Com efeito, de acordo com o *The Economist Intelligence Unit* (2013), o número de utilizadores do avião na China mais do que triplicou, passando de 27,3 milhões, em 1990, para 83,7 milhões, em 2002, sendo que durante o mesmo período, o número de utilizadores de automóveis no país aumentou mais de 12 vezes, passando de 198 000 para 2,42 milhões. Por outro lado, estima-se que “em 2030, o número de condutores, na China, chegue aos 440 milhões de pessoas, dos quais 400 milhões serão condutores de veículos de passageiros” (LINWEI MA, *et al*, 2012, p.4). Por sua vez, a *APEC Energy Demand and Supply Outlook* (2013, p.42), aponta para que em 2035, haja “343 veículos por cada 1000 pessoas, por oposição aos 58 por 1000 pessoas em 2010”, conseqüentemente, prevê-se que a procura energética respeitante ao setor dos transportes na China, por volta de 2035, seja cerca de “duas vezes e meia superior à registada em 2010” (p.42). Note-se que enquanto o petróleo é suscetível, potencialmente, de substituir o carvão, a energia nuclear e hidroelétrica, nenhuma outra energia poderá, em contrapartida, substituir o petróleo, a um custo económico razoável, sendo que, por outro lado, como explicam Michael Kumhof e Dirk Muir (2012, p.4), “substitutos adequados para o petróleo, na escala e horizontes necessários, simplesmente não existem”.

Se, por um lado, as reservas domésticas petrolíferas chinesas se revelam insuficientes para suprir as necessidades energéticas do país (sendo fonte, por

consequente, de insegurança energética), a disponibilidade de petróleo estrangeiro para a China e a confiabilidade do aprovisionamento petrolífero para o país ameaçam a segurança petrolífera deste. Com efeito, sendo inegável a dependência que a China desenvolveu face ao petróleo estrangeiro – estima-se que “em 2015 as importações petrolíferas chinesas rondem os 320 milhões de toneladas, um aumento de 41% em relação a 2010” – a preocupação primeira de Pequim é a de se certificar que existe petróleo suficiente no estrangeiro para suprir as necessidades energéticas do país (THE OIL DRUM, 2012). Afinal de contas, segundo John Lee (2012, p.77), “a segurança energética chinesa pode ser definida como a tentativa de garantir a confiabilidade dos abastecimentos externos de petróleo, a preços estáveis”.

Dan Blumenthal (2005) informa que “desde que a China se tornou um importador petrolífero, em 1993, os seus dirigentes têm considerado o desenvolvimento de relações com os produtores de petróleo do Médio Oriente como uma prioridade diplomática”. Apesar de haver petróleo suficiente no estrangeiro para satisfazer a procura energética chinesa nos próximos anos, importa, contudo, reconhecer que “a maior parte das importações chinesas de petróleo provém, sobretudo, de regiões politicamente instáveis” (ZHONGXIANG ZHANG, 2012, p.329). Poder-se-á questionar a eficácia desta opção (ou seja, o recorrer a estes produtores instáveis), porém, é fundamental ter-se presente que o facto de a China ter entrado tardiamente no mercado internacional de petróleo, contribuiu para que as potências ocidentais tivessem ganho controlo sobre os melhores campos petrolíferos então existentes, deixando a Pequim pouca escolha além do estabelecimento de acordos com os chamados Estados-pária (ZHONGXIANG ZHANG, 2007, 2010). Isso explica, segundo Mikkal E. Herberg (2012, p.5), porque “as petrolíferas estatais chinesas estão tão empenhadas em adquirir ativos na África Ocidental, América Latina, Ásia Central e sudeste asiático”. Todavia, no entendimento de ZHONGXIANG ZHANG (2012, p.339), “no âmbito da expansão das suas atividades no estrangeiro, as companhias petrolíferas estatais chinesas sobrestimam a probabilidade de uma possível interrupção do fornecimento de petróleo”.

Por conseguinte, é importante considerar questão da confiabilidade do abastecimento petrolífero a partir da sua fonte de origem. De acordo com Chen Shaofeng (2011, p.616), “a confiabilidade é definida como o nível de exposição a

riscos vários a que estão sujeitos os abastecimentos energéticos da China”. Pode suceder que as importações petrolíferas corram o risco de serem recusadas ou interrompidas, em resultado de uma relação bilateral hostil, ou da instabilidade nos países abastecedores, por motivos de guerra, agitação social, conflitos étnicos, terrorismo, entre outros. Dito isto, como refere Chen Shaofeng (2011, p.617), “países como o Sudão, Angola, Myanmar e Nigéria têm, todos eles, sido fustigados por conflitos internos, e Estados como o Equador e a Venezuela possuem relações tensas com os países vizinhos”. As grandes companhias petrolíferas internacionais são, com frequência, “objeto de repetidos incidentes de sequestro e de assassinato de trabalhadores seus em campos de petróleo locais” (Chen Shaofeng, 2011, p.617). No caso da China, a questão da confiabilidade dos seus aprovisionamentos petrolíferos é, portanto, premente, uma vez que neste tipo de países, sujeitos a grande instabilidade política e social, se têm, por vezes, verificado ataques a jazidas petrolíferas e a trabalhadores chineses (assassinados ou raptados), como é o caso do Sudão ou da Etiópia.

A insegurança energética na concepção de Pequim

Parece não existir uma definição clara acerca do conceito de segurança energética nos estudos académicos ou documentos oficiais chineses (LABANDEIRA e MANZANO, 2012). Tal como Erika Downs (2006, p. 13) sublinha, “os especialistas chineses utilizam, com frequência, a mesma definição resumida que os seus homólogos norte-americanos – fornecimentos adequados, acessíveis e confiáveis – embora, de um modo geral, não especifiquem o que entendem por estes termos”. A estratégia utilizada pelo governo chinês, com o objetivo de garantir a segurança energética do país, tem-se baseado, em grande parte, na crença de que o petróleo é um bem estratégico (*CHINA'S ENERGY POLICY*, 2012). No Livro Branco de 2012, dedicado à questão energética, o Governo chinês informa que “o país realiza esforços especiais para reforçar a sua capacidade de fornecimento de energia, melhorar as suas reservas energéticas de emergência, e mitigar a sua dependência face às fontes energéticas externas” (*CHINA'S ENERGY POLICY*, 2012). Segundo David Blumental, Tju Liang Chua e Ashleigh Au (2009, p.5), “na China, os decisores políticos e as petrolíferas estatais embarcaram numa estratégia multifacetada com o

objetivo de melhorar a segurança energética do país, através da aquisição de ativos petrolíferos no estrangeiro, diversificando fornecedores, elaborando novas políticas com vista à redução da procura, investindo em substitutos energéticos, construindo reservas estratégicas de petróleo e maximizando a produção doméstica”. A estratégia de Pequim face à segurança energética engloba a aquisição de participações em campos petrolíferos no estrangeiro, a proteção militar das linhas marítimas vulneráveis, e uma ‘corrida’ aos recursos energéticos (CHEN SHAOFENG, 2011).

O governo chinês tem incentivado a exploração de petróleo no estrangeiro, concedendo “empréstimos a juros baixos” às petrolíferas estatais chinesas (LEE, 2012, p.85). Partilhando a responsabilidade de auxiliar a liderança chinesa a assegurar um fornecimento estável de petróleo, “as NOCs têm por tarefa adquirir mais ativos em petróleo e gás natural, diversificar as fontes energéticas, e garantir a segurança dos oleodutos e gasodutos, bem como os contratos de abastecimento, de longo prazo, com produtores estrangeiros” (CHEN SHAOFENG, 2011, p.606). Há que desmistificar a ideia de que as NOCs chinesas são ferramentas do Estado que operam com base em princípios contrários aos do mercado, uma vez que ao contrário das outras NOCs, a PetroChina, a Sinopec International e a CNOOC Ltd., estão as três listadas em bolsas de valores internacionais, tais como Nova Iorque e Hong Kong, operando de forma semelhante às companhias petrolíferas internacionais, sob maior transparência e controlo regulamentar.

A crescente dependência da China face aos recursos energéticos externos tem levado Pequim a realizar esforços com o objetivo de garantir um maior controlo sobre o aprovisionamento energético de petróleo e gás natural provenientes do estrangeiro (JIANG e SINTON, 2011). A maioria dos estudos sobre a diplomacia do petróleo chinesa, fornece quer uma visão estática das motivações da China, agrupando o Governo e as NOCs como se de uma e mesma entidade se tratasse, ou percebendo estas como uma extensão da política estatal (ELLINGS, 2006). Por conseguinte, tais estudos tendem, implícita ou explicitamente, a analisar o comportamento de cada NOC nos mercados internacionais como correspondendo *ipsis verbis* ao comportamento estratégico de Pequim, o que para especialistas como Bo Kong (2010, p.154), não corresponde à realidade, uma vez que “o comportamento das NOCs é distinto do Governo chinês”. No entendimento de um

especialista local³ que solicitou o anonimato, “a China tem sido muito metódica e pragmática na busca de rotas alternativas, com o objetivo de proteger a sua segurança energética”. O especialista considera que “a China está a testar até que ponto pode ir sem ter, necessariamente, de recorrer à força militar”, procurando, simultaneamente, “restabelecer uma visão de si própria enquanto centro do mundo”, ela que, do ponto de vista histórico, é “a maior potência comercial da Ásia”.

O conceito de ‘segurança energética’ - “que se tem revelado uma preocupação prática, durante cerca de um século, e emergido enquanto área distinta de estudos académicos nas últimas décadas” - tem vindo a conquistar uma certa expressão no seio do debate energético que tem lugar na China desde 1993, ano em que o país se tornou um claro importador de petróleo, como já referido (CHERP e JEWELL, 2011, p.1). Não obstante, como sublinha Erika Downs (2006, p.13), “foi sobretudo, a partir do ano 2000, com a duplicação das importações chinesas de petróleo, que o conceito de segurança energética se converteu num tema relativamente assíduo do discurso público chinês”. Analisando, com mais detalhe, esse discurso, é possível constatar que a segurança energética diz respeito ao “assegurar do aprovisionamento de recursos energéticos em quantidades suficientes, com vista à proteção dos principais objetivos do Governo chinês, a preços que não sejam nem muito altos, nem demasiado baixos, com o objetivo de não prejudicar tais objetivos” (DOWNS, 2006, p.13).

A China concebe a segurança energética como a garantia de acesso aos recursos energéticos necessários a um desenvolvimento sustentável – económico e social – procurando assegurar-se, simultaneamente, que a produção e utilização desses recursos não prejudicam o ambiente (XU QINHUA, 2007). Por outro lado, na visão chinesa, a segurança energética compreende “a diversificação das fontes de importação de energia, o aumento da quota de importações de petróleo e gás natural provenientes da Rússia e da Ásia Central; o reforço de investimentos na infraestrutura de petróleo e gás natural; [...] a criação de reservas de petróleo estratégicas, controladas pelo Governo; o ajustamento do consumo de energia e da estrutura de produção; o desenvolvimento da energia nuclear; e a implementação de um sistema regional de energia” (DWIVEDI, 2006, p.147). Os dirigentes chineses

³ Ligado à diplomacia norte-americana no Quirguistão.

encaram o petróleo, em primeiro lugar como “um recurso necessário ao crescimento económico chinês, devido à inexistência de substitutos eficientes - inclusive do ponto de vista dos custos - para o gasóleo, gasolina e para o combustível das aeronaves” (DOWNS, 2006, p.13). Por outro lado, “o petróleo está na base da ascensão da China ao estatuto de superpotência” (DOWNS, 2006, p.13). A ascensão pacífica da China à escala internacional não está diretamente relacionada com Taiwan, mas com a competição global pelos recursos energéticos. Note-se que a legitimidade da missão e da existência do Partido Comunista chinês depende consideravelmente, da concretização dos objetivos acima mencionados. Um ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Li Zhaoxin, afirmou numa entrevista que “O nosso trabalho diplomático deve prestar um apoio vigoroso aos esforços que têm por objetivo promover a cooperação energética internacional” (Cit. por CHEN SHAOFENG, 2008, p.81). Não obstante o papel decisivo do petróleo, o certo é que no entendimento de Edward Chow⁴ (2011, n.d.), o carvão continuará a ser, no caso do Império do Meio, “a principal fonte energética durante as próximas duas décadas”, uma vez que a intensidade da sua utilização, torna bastante complexa a sua substituição”. Por outro lado, Pedro Fonseca⁵ (2011, n.d.) explica que as crescentes necessidades energéticas de uma China em rápida expansão económica “não podem ser supridas nem pelo gás natural, nem pelo petróleo”. Este especialista compara a capacidade de produção de eletricidade, a partir do carvão, na China, à capacidade de produção de eletricidade do Reino Unido, e admite, à semelhança de Edward Chow, que a tendência para a China utilizar carvão, nos próximos anos, deverá manter-se (FONSECA, 2011, n.d.).

Atualmente, a reflexão sobre a questão energética na China atingiu um grau de sofisticação que não possuía há alguns anos, e vai, como é expectável, continuar a evoluir. Com efeito, os dirigentes políticos chineses têm plena consciência de que o seu país necessita de quantidades cada vez maiores de matérias-primas – acima de tudo, petróleo e gás natural – para poder manter altas taxas de crescimento económico, tendo vindo a servir-se de instrumentos diplomáticos para auxiliar as companhias energéticas chinesas a realizar aquisições em todo o mundo. Se, na

⁴ Edward Chow. Entrevista pessoal. EUA (via skype), 2011. Especialista norte-americano em questões energéticas.

⁵ Pedro Fonseca. Entrevista Pessoal. Lisboa. 2011. Docente de Relações Internacionais no ICSP-U Lisboa.

década passada, a China receava não possuir capital suficiente para comprar todo o petróleo de que necessitava, atualmente o país teme, ao invés, não haver petróleo disponível para satisfazer as suas necessidades energéticas. Na verdade, como reconhece Erika Downs (2006, p.15), “a experiência prova que o dinheiro não compra, necessariamente, a segurança energética chinesa”, como atesta, aliás, o fracasso das propostas de aquisição da companhia petrolífera russa Slavneft, em 2002, e da norte-americana Unocal, em 2005, por parte de petrolíferas chinesas.

À impotência do poder monetário chinês perante os casos de nacionalismo económico acima mencionados, acresce, segundo Erika Downs (2006, p.15), em Pequim “a percepção de que os Estados Unidos percebem, cada vez mais, no poder militar um instrumento legítimo para conquistarem acesso às fontes energéticas”. Desta forma, a China está consciente de que o mercado mundial de petróleo é vulnerável e imprevisível, uma vez que quer os Estados produtores, quer os países consumidores de recursos energéticos se esforçam por impor as suas regras e defender os seus interesses. A este respeito, John Lee (2012, p.75) sublinha que “não disposta a confiar nestes mercados para satisfazer as suas necessidades atuais e futuras de energia, Pequim tem perseguido um nacionalismo económico em muitas partes do mundo”. Existe, na prática, como explica Erika Downs (2006, p.15), “uma certa ideia de que enquanto a China estiver disposta a pagar o preço de mercado pelo petróleo, o mercado mundial satisfará as suas necessidades energéticas”. No pior dos cenários, como especula Mao Yushi (2006), se determinado país produtor decidir não mais vender petróleo à China, então o Império do Meio poderá sempre recorrer a outros Estados que o queiram fazer.

No entendimento de Pequim, a segurança energética tornou-se “demasiado importante para ser deixada à mercê dos mercados” (LIEBERTHAL e HERBERG, 2006, p.13). Por conseguinte, ela continuará a ser uma força motriz da política externa chinesa, sendo que Pequim tenderá a envolver-se, de forma mais ampla e intensa, com os Estados produtores de recursos energéticos, numa espécie de cooperação *win win*, “em que a China proporciona um apoio político e económico aos Governos desses países, em troca de acesso ao petróleo” (CARLSON e XIAO, 2011, p.96). No sentido de defender os objetivos estratégicos do Império do Meio, é inevitável que os líderes chineses considerem necessário influenciar as políticas domésticas dos países nos quais a China possui interesses económicos. A este

respeito, James Dorsey (2012, p.15), considera que “o estatuto da China enquanto superpotência económica emergente requer que ela se torne um ator global mais musculado na persecução dos seus interesses”. Em última análise, tal pode significar “[que a China] venha a tomar posição em matéria de disputas domésticas e conflitos a nível mundial, que têm influência sobre os interesses de segurança nacional da China” (DORSEY, 2012, p.15). Da mesma forma, o país poderá necessitar de manter bases militares em regiões-chave, suscetíveis de garantir o seu abastecimento energético e a segurança dos seus cidadãos no estrangeiro. A China tem vindo a distanciar-se de “uma postura ultraconservadora e baseada em princípios de soberania” (LAGERKVIST, 2012, p.19). Por estas razões, será cada vez mais difícil para o Império do Meio manter o seu velho princípio de ‘não interferência’ (LAGERKVIST, 2012, p.22).

Em busca de novos horizontes energéticos

Desde que a China se tornou importador energético, em 1993, que tem adotado uma estratégia ‘*going abroad*’, com o objetivo de “adquirir ativos energéticos no estrangeiro, transformando as rotas históricas numa rede moderna de oleodutos e gasodutos, vias férreas e estradas com vista aos seus abastecimentos energéticos” (LIN, 2011, p. ix). Ainda que, à primeira vista, pudéssemos ser levados a pensar que o impulso inicial para o ‘*Going abroad*’ partiu do Governo chinês, tal não sucedeu. Ao invés, “a iniciativa de explorar os recursos energéticos estrangeiros proveio das empresas petrolíferas chinesas, nomeadamente da China National Petroleum Corporation (CNPC), que foi a primeira a experimentar a expansão internacional na década de 80” (DOWNS, 2006, p.38). Consciente de que a produção doméstica de petróleo não acompanhava o intenso ritmo do consumo interno, a CNPC percebeu na aquisição de ativos de petróleo estrangeiro um meio eficaz para reforçar a sua produção (LEE, 2012). Contudo, segundo Erika Downs (2006, p.39), o Partido Comunista não comungava, “pelo menos inicialmente”, do objetivo de “internacionalização”, uma vez que para os dirigentes chineses “o recurso às importações petrolíferas era visto como um fenómeno temporário, suscetível de ser resolvido através do aumento da produção energética doméstica”. Além disso, o Partido exprimia “uma certa apreensão face à internacionalização das operações das companhias petrolíferas chinesas”, já que estas poderiam oferecer

“uma oportunidade para os seus gestores enriquecerem à custa do Estado” (DOWNS, 2006, p.39). Porém, à medida que o consumo energético interno crescia, a posição do Governo parecia mudar, até que em 1997, a posição defendida nos círculos académicos, industriais, e ao nível governamental, era a de que deveria fomentar-se o *‘going abroad’*”.

Na última década, as três principais companhias estatais chinesas (CNPC, SINOPEC e CNOOC) têm assinado contratos de fornecimento de petróleo e de gás natural liquefeito de longo prazo, em numerosos países de África, Ásia, América Latina e Médio Oriente, investido em importantes projetos de gasodutos e oleodutos, e adquirido participações acionistas em campos petrolíferos no estrangeiro (o chamado “controlo físico sobre os abastecimentos de petróleo”) (HERBERG e ZWEIG, 2010, p.9). A este respeito, Shaofeng Chen (2008, p.81), refere que “o essencial é obter tecnologia e capital para explorar petróleo no estrangeiro”. Na prática, o Governo incentiva as petrolíferas estatais chinesas a realizarem contratos de longo prazo com os países produtores de petróleo e gás natural, ou a obterem ativos na indústria energética. No entendimento de Emílio Rui Vilar⁶ (2011, n.d.), “o Governo chinês tem permitido que as suas petrolíferas compitam”, ao nível dos investimentos que realizam em mercados exteriores, com o intuito de “favorecer a eficiência das mesmas”, embora estabeleça “limites a essa competição”. O autor esclarece, porém, que “as companhias chinesas não dispõem, por ora, da tecnologia e da capacidade de gestão detidas pelas grandes petrolíferas ocidentais” (VILAR, 2011, n.d.). Também Michael Carter⁷ (2011, n.d.) sustenta que as companhias chinesas ainda não provaram ser capazes de “explorar as jazidas de petróleo e gás mais complexas do planeta”. A este respeito, Jean-Christophe Lermusiaux⁸ (2011, n.d.) destaca o caso do Cazaquistão, explicando que embora o Império do Meio controle cerca de “25% da produção petrolífera total” do país, “a tecnologia chinesa permanece, do ponto de vista qualitativo, aquém, da ocidental, tornando, por conseguinte, a exploração de campos como Kashagan, uma tarefa altamente complexa para os chineses”. A China prefere a via do controlo direto dos recursos,

⁶ Emílio Rui Vilar (2011). Entrevista Pessoal. Lisboa. Ex-diretor da Fundação Calouste Gulbenkian,

⁷ Michael Carter. Entrevista Pessoal. Almaty, 2011. Ex-diretor do maior banco de investimento do Cazaquistão (*Visor Capital*).

⁸ Jean-Christophe Lermusiaux. Entrevista Pessoal. Almaty, 2011. Responsável pela secção de investigação no maior banco de investimento do Cazaquistão (*Visor Capital*).

ao invés de se sujeitar à oferta do mercado internacional energético, já que além de evitar a instabilidade dos preços, o controlo direto do petróleo e gás externos revela-se uma estratégia mais segura do que a obtenção dos recursos a partir do mercado internacional.

Como referem Herberg e Zweig (2010, p.14), “os conselheiros energéticos e as autoridades financeiras, incluindo a *China Investment Corporation*, têm afirmado, por diversas vezes, a sua intenção de agir com celeridade para garantir os recursos petrolíferos enquanto os preços dos ativos estão baixos e os ativos de melhor qualidade não chegam ao mercado”. No entanto, “tal suscita apreensão em outros países importadores de petróleo quanto ao facto de as reservas financeiras de Pequim estarem a converter-se numa espécie de “mealheiro” que financia aquisições para a China continuar a tomar controlo sobre os abastecimentos energéticos e, potencialmente, enfraquecer o acesso de terceiros a futuros fornecimentos” (HERBERG e ZWEIG, 2010, p.14). Existem outros benefícios que as petrolíferas estatais chinesas poderão alcançar ao produzirem petróleo no estrangeiro. Estas compreenderam que a aposta no estrangeiro lhes proporciona uma vantagem competitiva face às petrolíferas internacionais, já que ao realizarem negócios no estrangeiro pode contribuir para que as NOCs chinesas alcancem a capacidade de operar globalmente, de modo a tornarem-se importantes petrolíferas multinacionais, a reforçar a sua perícia, a “conhecer melhor as regras e práticas internacionais”, a encontrar um nicho nos mercados externos, a ganhar experiências de gestão e de comercialização, a exportar técnicas laborais e tecnologias de exploração petrolífera, e por aí adiante (XIAOJIE XU, 2007, p.3).

Desde o final dos anos 90 que Pequim tem procurado securitizar o acesso ao petróleo e ao gás natural ao longo da sua fronteira interior, na Rússia e na Ásia Central, bem como no Médio Oriente (CHINA'S ENERGY POLICY, 2012). Por outro lado, a China também tem participado em importantes empreendimentos energéticos no Pacífico ocidental, na África ocidental e na América Latina. Segundo Bob Broxson (2011, p.4), de 2009 a 2011, “o investimento líquido das empresas cotadas mundialmente, por parte das 50 maiores companhias petrolíferas mundiais, foi de 107 bilhões de dólares”, sendo que “aquisições por parte das NOCs chinesas representaram mais de 50% do total (54.1 bilhões de dólares)”, em resultado da implementação intensiva da estratégia *going abroad*. Tomando, ainda, como

exemplo o ano de 2009, Pequim e as suas petrolíferas embarcaram numa espécie de ‘maratona de compras’, adquirindo companhias energéticas e campos petrolíferos, um pouco por todo o mundo. Como informa Mikkal Herberg e David Zweig (2010, p.13-14), “o Governo chinês também acordou uma série de ofertas de empréstimo à Rússia (25 bilhões de dólares), Brasil (10 bilhões de dólares), Cazaquistão (5 bilhões de dólares), Venezuela (4 bilhões de dólares), Angola (1 bilhão de dólares), e Equador (1 bilhão de dólares), financiados pelos bancos estatais e autoridades de investimento para garantir contratos de abastecimento petrolífero de longo prazo, com o intuito de apoiar novas aquisições de campos petrolíferos”.

Durante a última década, a China aumentou a sua base energética no *Grande Médio Oriente*, abrangendo os principais países islâmicos da Ásia Central, o Cáucaso, o sudoeste da Ásia, e uma parte dos Balcãs e do norte de África (THE NEW YORK TIMES, 2013). Numa primeira fase, a estratégia chinesa de exploração de petróleo no estrangeiro esteve, sobretudo, limitada às regiões situadas ao longo do ‘eixo energético’, a saber, a Rússia, a Ásia Central e o Médio Oriente. Contudo, desde o fim do século passado, a procura chinesa de petróleo tem conhecido uma expansão mundial, no âmbito da qual, África e a América Latina passaram a ser importantes centros abastecedores de recursos energéticos.

Segundo Yuan Jingdong (2011), o Médio Oriente permanecerá o principal abastecedor petrolífero da China no futuro previsível. Idris Demir (2010, p.525) considera ser sensato afirmar que o Império do Meio e o Médio Oriente formam “um mercado natural de petróleo” devido à “riqueza das reservas petrolíferas da região”, bem como à “crescente procura energética da China, em especial a curto prazo”. Além disso, segundo Mehmet Ögütçü e Xin Ma (2007, p.110), o facto de a China e o Golfo Pérsico não compartilharem fronteiras, contribui para que ambos não tenham de enfrentar “os obstáculos de uma história amarga e impregnada de desconfiança recíproca”. Voltando a Idris Demir (2010, p.525), “é, igualmente, provável que o Golfo Pérsico satisfaça as crescentes necessidades energéticas da China em termos de gás natural”. O Irão, o Qatar, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos são, respetivamente, “o segundo, terceiro, quarto e quinto países do mundo com maiores reservas de gás natural, a seguir à Rússia” (DEMIR, 2010, p.525). Por outro lado, como sublinham Dexter Roberts e Stanley Reed (2010, p.3), o Iraque é

visto como “uma nova opção, fundamental, para a indústria petrolífera chinesa”, permitindo, assim, “diversificar as importações que a China recebe do Irão e da Arábia Saudita”. Ao contrário das reservas de gás russas, existe um número considerável de reservas de gás natural comprovadas, no Médio Oriente, que não foram ainda (suficientemente) exploradas. De acordo com Herberg e Zweig (2010, p.17), os sauditas estão conscientes de que “a China será o seu principal cliente de petróleo e petroquímicos no futuro”, e, portanto, têm vindo a canalizar a sua atenção para oriente, “em busca de uma relação muito mais estreita a nível político e diplomático com Pequim”.

A China tem demonstrado um interesse considerável pela região do Cáspio. Esta é, aliás, uma das poucas regiões onde as companhias internacionais são convidadas a investir em ambos os setores *upstream* e *downstream*. Ao invés, como sublinha Gawdat Bahgat (2006, p.3), “muitos produtores do Golfo Pérsico, como também a Rússia, se têm mostrado relutantes, desde o início da década de 2000, em autorizar investimento estrangeiro nas suas operações *upstream*”. As companhias energéticas chinesas estão, também, presentes em pontos mais distantes do planeta, como é o caso da América Latina. O bom relacionamento entre o Império do Meio e a América Latina antecede o advento dos Governos sociais-democratas na região. Nos últimos anos, estes laços políticos têm sido reforçados de forma a servirem as necessidades energéticas da China. Ao contrário da muito mediatizada presença chinesa em África, Jorn Dosch e David Goodman (2012, p.3) consideram que “a emergência da China enquanto importante ator na América Latina apenas ganhou visibilidade recentemente no seio da comunidade académica, embora seja, ainda, uma área pouco estudada”. De facto, como nota David Mares (2011, p.9), “enquanto anteriormente os investimentos das NOCs asiáticas se concentravam em grandes ativos no Médio Oriente e na região do Cáspio em 1990, mais recentemente, as companhias estatais asiáticas têm vindo a diversificar as suas operações a nível mundial, interessando-se, cada vez mais, pela América Latina”. Note-se que a constante instabilidade no Médio Oriente comporta um elevado risco em termos de investimento na região, tornando as Américas mais atrativas.

Notas finais e recomendações estratégicas

Em jeito de conclusão, enquanto potência emergente, a China mostra-se naturalmente apreensiva face à segurança dos seus abastecimentos energéticos, mais concretamente, no que respeita à diversificação das suas fontes energéticas. Na última década, as três principais companhias estatais chinesas (CNPC, SINOPEC e CNOOC) assinaram contratos com vista ao aprovisionamento de petróleo e gás natural liquefeito, a longo prazo, em vários países de África, Ásia, América Latina e Médio Oriente; investiram em importantes projetos de construção de gasodutos e oleodutos; e adquiriram participações em campos petrolíferos localizados no estrangeiro (o chamado 'controlo físico sobre os abastecimentos petrolíferos'). A este respeito, a China tem procurado aperfeiçoar os meios técnicos e humanos que emprega na exploração de petróleo no estrangeiro, de modo a reduzir o desnível tecnológico que separa ainda as suas companhias energéticas das que são detidas pelo Ocidente. Na prática, o Governo encoraja as NOCs chinesas a levar a cabo contratos duráveis com os países produtores de petróleo e gás natural, ou a adquirir participações na indústria energética. A China prefere essencialmente o controlo direto dos recursos – ao invés de estar sujeita ao abastecimento por parte dos mercados energéticos internacionais – já que este lhe permite não só evitar a instabilidade dos preços, como também se revela uma estratégia mais segura do que o tradicional abastecimento proveniente dos mercados internacionais. O Governo chinês tem permitido que as suas companhias energéticas compitam, ao nível dos investimentos e contratos que celebram nos mercados externos, no sentido de promover a eficiência destas, embora estabeleça limites à sua competição. No entanto, como referimos atrás, as companhias chinesas não dispõem, por ora, da tecnologia e capacidade de gestão detidas pelas grandes companhias energéticas ocidentais. Em verdade, as companhias chinesas não provaram ainda ser capazes de explorar os campos de petróleo e gás mais complexos do planeta, ao nível da logística de extração. Mas embora esta seja uma crítica legítima, a verdade é que, apesar de todas as dificuldades técnicas que atravessam, não é expectável, antes pelo contrário, que a atividade das companhias energéticas chinesas venha a ser condicionada por limitações financeiras, em resultado do extraordinário crescimento da economia chinesa, que faz com que seja

possível esta canalizar recursos suficientes para o investimento em áreas que o Governo considera estratégicas, como é o caso do setor energético.

Seria interessante que futuros trabalhos e pesquisadores consagrem (mais) atenção à apreensão dos estrategas militares e decisores políticos chineses quanto ao possível bloqueio marítimo do Estreito de Malaca, uma artéria, ou *chokepoint*, extremamente sensível por onde transita a esmagadora maioria das importações energéticas chinesas. A forma como a China procura contornar e mitigar a hipótese de um tal bloqueio por parte dos Estados Unidos ou Japão (entre outras potências), explorando fontes energéticas alternativas (como é o caso da vizinha Ásia Central onde os chineses investem ativamente na construção de oleodutos e gasodutos) ou vias marítimas alternativas (como atesta o seu crescente interesse na exploração do Ártico enquanto possível via de trânsito, mais curta, entre o Oriente e o Ocidente), poderá contribuir para alargar o conhecimento científico no que respeita às estratégias chinesas de securitização energética. Por outro lado, acreditamos não ser descabido acompanhar com mais precisão a forma como a Rússia – altamente protecionista e reticente, em termos de abertura do seu mercado energético à exploração por parte das NOCs chinesas – mas também os Estados Unidos, enquanto única superpotência mundial, reagem às constantes e crescentes investidas chinesas ao nível da busca de maior diversificação e controlo/participação nos campos petrolíferos estrangeiros.

Recomendamos, além disso, que a China procure aperfeiçoar o seu *soft power*, no sentido de inspirar (maior) confiança aos mercados energéticos mundiais. Na verdade, o crescimento económico chinês, por mais extraordinário ou célere que possa ser, não gera necessariamente empatia, nem compra ‘tudo’ (como atesta a tentativa falhada de aquisição de uma petrolífera californiana, a UNOCAL, por parte das NOCs chinesas, já que apesar da considerável proposta financeira chinesa, Washington optou por não permitir a venda da UNOCAL, considerando-a um bem estratégico). Existe ainda uma grande suspeição quanto às reais intenções chinesas neste novo século, as quais dão, por vezes, origem a rumores e ideias infundadas, de que é exemplo o mito da ‘ameaça chinesa’ à hegemonia norte-americana. Por conseguinte, acreditamos que a China deve primeiro apostar numa maior transparência. Com efeito, as NOCs chinesas são muitas vezes acusadas de corromper líderes em Estados-pária, como o Sudão, de forma a beneficiar de

contratos de exploração petrolífera (mais) vantajosos face às companhias energéticas ocidentais, as quais estão frequentemente impedidas de investir em tais Estados-pária, fruto das sanções económicas ou bloqueios a estes impostos pelos países ocidentais. O projeto chinês da *Nova Rota da Seda* (tão preconizado por Xi Jinping) – que assenta num reatar de laços económicos, políticos, comerciais, entre outros, com os países situados ao longo do percurso da antiga *Rota da Seda*, pode e deve, a nosso ver, servir de pretexto para a China revelar ao mundo uma face menos visível, mas que o novo presidente chinês tanto faz questão de enfatizar: o de uma potência que pretende, através do comércio e de forma coletiva, traçar um novo rumo, pleno de desenvolvimento e prosperidade para a humanidade.

Referências

ANDREWS-SPEED, Philip. **Energy Policy and Regulation in the People's Republic of China**. The Hague: Kluwer Law International, 2004.

APEC ENERGY DEMAND AND SUPPLY OUTLOOK – 5th Edition, 2013.

ASIA TRADE HUB, 2013. March 26, Disponível em: [http://www.asiatradehub.com/china/energy2.asp]. Acesso em: 1 jan. 2014.

BAHGAT, Gawdat. Strategic Rivalry in the Caspian Sea, Prepared for delivery at the 2006 Annual Meeting of the American Political Science Association, August 30th - September 3, 2006.

BEST, Dennis e LEVINA, Ellina. Facing China's Coal Future Prospects and Challenges for Carbon Capture and Storage, OECD/IEA, 2012.

BLUMENTAL, David, CHUA, Tju and AU, Ashleigh.. Upstream Oil and Gas in China. Industry Sector Reports. Chapter 3. Reprinted from Doing Business in China, p. V. 3.1 – V. 3.33, 2009.

BLUMENTHAL, Dan. "Providing Arms: China and the Middle East". **Middle East Quarterly**, p.11-19, 2005.

BP STATISTICAL REVIEW OF WORLD ENERGY, 2012, June. Disponível em: [http://www.bp.com/statisticalreview]. Acesso em: 1 jan 2014.

BROXSON, Bob, National Oil Companies: Where are we now?, 2011, Disponível em: <http://www.haynesboone.com/files/Event/02c47aef-a062-470f-9136> Acesso em: 11 jan. 2014.

CARLSON, Allen and XIAO, Ren (2011). "New Frontiers in China's Foreign Relations". In: CAUSEVIC, Amar. **A Thirsty Dragon Rising Chinese crude oil demand and prospects**

for multilateral energy security cooperation, Report N.º 116, Peace Research Institute Frankfurt (PRIF).

CARTER, Michael. **Entrevista Pessoal**. Almaty, 2011.

CAUSEVIC, Amar. **A Thirsty Dragon Rising Chinese crude oil demand and prospects for multilateral energy security cooperation**, Report n.116, Peace Research Institute Frankfurt, 2012.

CHANG, Gordon. "China's Arctic Play", **The Diplomat**, 2010, Disponível em: [<http://thediplomat.com/2010/03/chinas-arctic-play/>]. Acesso em: 1 jan 2014.

CHERP, Aleh and JEWELL, Jessica. The three perspectives on energy security: intellectual history, disciplinary roots and the potential for integration, *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 2011.

CHINA DAILY, 2012, June 6, Disponível em [http://usa.chinadaily.com.cn/china/2012-06/06/content_15476995.htm]. Acesso em: 8 jan 2014.

CHINA ECONOMIC REVIEW. "Global Oil Prices and the Impact of China", n.27: p.37–51, 2013.

CHINA'S ENERGY POLICY, **Information Office of the State Council**, 2012, Disponível em [http://www.gov.cn/english/official/2012-10/24/content_2250497.htm]. Acesso em: 1 jan 2014.

CHOW, Edward. **Entrevista pessoal**. EUA (via skype), 2011.

CLEMENTE, Jude. **China's Oil Consumption Outlook Until 2025**, Oil Market Report, JTC Energy Research Associates, 2011.

DEMIR, Idris. "Revival of the Silk Road in Terms of Energy Trade". **Ahi Evran University**, v.9, n.3, p.513-532, 2010.

DOSCH, Jorn, and GOODMAN, David. "China and Latin America: Complementarity, Competition, and Globalisation". **Journal of Current Chinese Affairs**, v.41, n.1, p.3-19, 2012.

DORSEY, James. Jakarta Globe, February 8, 2012, Disponível em [<http://www.thejakartaglobe.com/international/for-china-non-interference-has-a-shelf-life/496449>] Acesso em: 4 jan 2014.

DOWNS, Erika. **China**. The Brookings Foreign Policy Studies, 2006.

DWIVEDI, Ramakant. "China's Central Asia Policy in Recent Times". **China and Eurasia Forum Quarterly**, v.4, n.4, p.139-59, 2006.

FONSECA, Pedro. **Entrevista Pessoal**. Lisboa. 2011.

ELLINGS, Richard. "Going Out: China's Pursuit of Natural Resources and Implications for the PRC's Grand Strategy". **NBR Analysis**, v.17, n.3, 2006.

HAIBO WANG. Characteristics and Trends of China's Oil Demand. **CNPC Research Institute of Economics and Technology**. Beijing, 2010, Disponível em [<http://www.worldenergy.org/documents/congresspapers/83.pdf>]. Acesso em: 6 jan 2014.

HERBERG, Mikkal. **China's Energy Rise and the Future of U.S. - China Energy Relations**, New America Foundation, 2011.

_____. Testimony before the U.S.-China Economic and Security Review Commission, January 26, Hearing on China's Global Quest for Resources and Implications for the United States, Statement of Herberg M., Research Director, Asian Energy Security Program, The National Bureau of Asian Research, 2012.

HERBERG, Mikkal and ZWEIG, David. **China's energy rise, the U.S., and the new geopolitics of energy**. Pacific Council on International Policy, 2010.

HOWELL, Sabrina (2009). "Jia You!: Chinese Energy Security Strategy." Energy Security Challenges for the 21st Century: A Reference Handbook. By Gal Luft and Anne Korin. Santa Barbara, CA: Praeger Security International.

HURST, Cindy. **China's global Quest for Energy**. Washington, DC: Institute for the Analysis of Global Security (IAGS), 2007.

IEA, 2012, Oil and Gas Security - People's Republic of China.

JIANG, Julie and SINTON, Jonathan,. Overseas Investments by Chinese National Oil Companies - Assessing the drivers and impacts, Information Paper, International Energy Agency, 2011.

JINGDONG Yuan, **World Politics Review**, December 20, 2011, Disponível em: [www.worldpoliticsreview.com/articles/10992/the-arab-spring-and-chinas-evolving-middle-east-policy]. Acesso em 6 jan 2014.

KONG, Bo. **China's International Petroleum Policy**. Santa Barbara: Praeger Security International, 2010.

KUMHOF, Michael, and MUIR, Dirk. Oil and the World Economy: Some Possible Futures, International Monetary Fund Working Paper, 2012.

LABANDEIRA, Xavier and MANZANO, Baltazar. Some Economic Aspects of Energy Security, WP 09/2012.

LAGERKVIST, Johan. YaleGlobal, May 29, 2012, Disponível em [<http://yaleglobal.yale.edu/content/chinas-new-flexibility-foreign-intervention>]. Acesso em 1 jan 2014.

LEE, James. **The Diplomat**, October 4, 2012, Disponível em [<http://thediplomat.com/chinapower/the-tragedy-of-chinas-energy-policy/>]. Acesso em 8 jan 2014.

LERMUSIAUX, Jean-Christophe. **Entrevista Pessoal**. Almaty, 2011.

LIEBERTHAL, Kenneth and HERBERG, Mikkal. "China's Search for Energy Security: Implications for U.S. Policy". **NBR Analysis**, v.17, n.1, 2006.

LIN, Christina. The New Silk Road - China's Energy Strategy in the Greater Middle East, Policy Focus, 109, p. 1-26, 2011.

LINWEI Ma, et al. **The future demand of transportation in China: 2030 scenario based on a hybrid model**, EWGT, 2012.

MARES, David. "Resource Nationalism and Energy Security in Latin America: Implications for Global Oil Supplies". **Chinese Journal of Latin American Studies**, 2011.

NIU Liu. People's Daily, March 7, 2013, Disponível em [http://english.peopledaily.com.cn/90778/8156839.html]. Acesso em 1 jan 2014.

ÖGUTÇU, Mehmet and XIN, Ma. "Growing Links in Energy and Geopolitics: China and the Middle East". **Insight Turkey**, 9, n. 3, p. 96-122, 2007.

O'NEILL, Brian, et al., The effect of urbanization on energy use in India and China in the iPETS model, Energy Econ., 2012.

OUTLOOK FOR ENERGY: a View to 2040, Disponível em: [http://www.exxonmobil.com/Corporate/energy_outlook_view.aspx]. Acesso em: 1 jan 2014.

PENG, Bin-Win. The Challenges and Opportunities of China's Energy: Cooperation with Russia, 2012, Disponível em [http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC0QFjAA&url=ht tp%3A]. Acesso em: 9 jan 2014.

QINHUA, Xu. China's Energy Diplomacy and its Implications for Global Energy Security Friedrich-Ebert-Stiftung Beijing, Dialogue on Globalization: Global Energy Security, Briefing Paper 13, August, 2007.

REUTEURS, Exclusive. "China mulls new energy super-ministry". January 6, 2012. Disponível em [http://www.reuters.com/article/2012/01/06/us-china-energy-ministryidUSTRE8050AE20120106]. Acesso em: 7 jan 2014.

REVIEW OF ECONOMIC RESEARCH. Fei Feng and Fengqi Zhou, Zhongguo Nengyuan Fazhan Zhanlue Yu Zhengce Yanjiu Baogao [Report on China's Energy Development Strategy and Policy], Jinji Yanjiu Cankao [Review of Economic Research], 2004.

ROBERTS, Dexter and REED, Stanley. Red Star over Iraq, **Bloomberg Businessweek**, January 21, 2010, Disponível em [http://www.businessweek.com/magazine/content/10_05/b4165044386657.htm]. Acesso em: 6 jan 2014.

ROSEN, Daniel and TREVOR, House. **China's Energy, A guide for the perplexed**. Washington: Petersen Institute for International Economics, 2007.

SHAOFENG, Chen. "Motivations behind China's Foreign Oil Quest: A Perspective from the Chinese Government and the Oil Companies". **Journal of Chinese Political Science**, v.13, n.1, p.79-104, 2008.

_____. "Has China's Foreign Energy Quest Enhanced Its Energy Security?". **The China Quarterly**, 207: p.600-625, 2011.

SILVERSTEIN, Michael. **Harvard Business Review**, January 25, 2013, Disponível em <http://blogs.hbr.org/2013/01/chinas-smaller-cities-are-home/> Acesso em: 21 jan. 2014.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. Data Services. "China: Market Indicators and Forecasts", 2013.

THE GUARDIAN, March 18, 2012, Disponível em: [\[http://www.guardian.co.uk/world/2012/mar/18/china-challenges-next-generation\]](http://www.guardian.co.uk/world/2012/mar/18/china-challenges-next-generation). Acesso em: 1 jan 2014.

THE NEW YORK TIMES, March 4, 2011, Disponível em [\[http://www.nytimes.com/2011/03/05/business/energyenvironment/05energy.html?pagewanted=all&_r=0\]](http://www.nytimes.com/2011/03/05/business/energyenvironment/05energy.html?pagewanted=all&_r=0). Acesso em: 6 jan 2014.

_____, _____, June 2, 2013, Disponível em [\[http://www.nytimes.com/2013/06/03/world/middleeast/china-reaps-biggest-benefits-of-iraq-oilboom.html?pagewanted=all&_r=0\]](http://www.nytimes.com/2013/06/03/world/middleeast/china-reaps-biggest-benefits-of-iraq-oilboom.html?pagewanted=all&_r=0). Acesso em: 2 jan 2014.

THE OIL DRUM (2012). Disponível em [\[http://www.theoil Drum.com/node/9615\]](http://www.theoil Drum.com/node/9615). Acesso em: 4 jan 2014

THE WALL STREET JOURNAL. June 27, 2012, Disponível em [\[http://online.wsj.com/article/SB10001424052702304441404577480952719124264.html\]](http://online.wsj.com/article/SB10001424052702304441404577480952719124264.html). Acesso em 7 jan 2014.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, December 10, 2012, Disponível em [\[http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=CA\]](http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=CA). Acesso em 7 jan 2014.

VILAR, Emílio (2011). **Entrevista Pessoal**. Lisboa.

WORLD AFFAIRS COUNCIL, 2013, Disponível em [\[http://www.worldaffairs.org/events/2013/energy-access-chinas-impact.html\]](http://www.worldaffairs.org/events/2013/energy-access-chinas-impact.html). Acesso em 7 jan 2014.

XIAOJIE Xu. **Chinese NOCs' Overseas Strategies: Background, Comparison and Remarks**. The James A. Baker III Institute for Public Policy, Rice University, 2007.

XIAOXI Li and JIANCHENG Pan.. China Green Development Index Report 2011, **Current Chinese Economic Report Series XINHUA**. May 23, 2011, Disponível em [\[http://news.xinhuanet.com/english2010/business/201105/23/c_13889875.htm\]](http://news.xinhuanet.com/english2010/business/201105/23/c_13889875.htm). Acesso em 8 jan 2014.

YUSHI, Mao. "Politics vs. Market", World Security Institute, China Security, Summer, 2006.

ZHIDONG Li et al. Energy Demand and Supply Outlook in China for 2030 and a Northeast Asian Energy Community - the Automobile strategy and nuclear power strategy for China, 2005.

ZHONGXIANG, Zhang. "China's hunt for oil in Africa in perspective". **Energy and Environment**, v.18, n.1, p.87-92, 2007.

_____. “Energy policy in China in the transition to a low-carbon economy”, in F. Fesharaki, N. Y. Kim and Y. H. Kim (eds). **Fossil Fuels to Green Energy: Policy schemes in transition for the North Pacific**, Korean Energy Economics Institute Press, Seoul, 2010, p.176–225.

_____. “The overseas acquisitions and equity oil shares of Chinese national oil companies: A threat to the West but a boost to China’s energy security”. **Energy Policy**, v.48, p.698-701, 2012.

ZHU, Hardy. Matthews Asia, November 5, 2012, Disponível em [<http://us.matthewsasia.com/perspectives-on-asia/asia-weekly/article-573/default.fs>]. Acesso em 1 jan 2014.

Recebido em Fevereiro de 2015.

Publicado em Julho de 2015.